



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL  
DEPARTAMENTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS  
GERÊNCIA DE PROTEÇÃO DA CAMADA DE OZÔNIO  
SEPN 505 Bloco "B" sala 303 Edifício Marie Prendi Cruz. CEP: 70.730-542. Brasília-DF  
Fone: (61) 2028-2272

**10ª Reunião do Grupo de Trabalho GT-HCFCs**

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**Data:** 10/02/2015

**Local:** ABRAVA – Av. Rio Branco 1492, São Paulo - SP.

**Horário:** 9h30 às 12h30.

A **Sra. Magna Luduvica (MMA)** saudou e agradeceu a presença de todos. Iniciou os trabalhos apresentando a proposta de pauta para o dia:

PAUTA DA REUNIÃO	
9:30 às 12:30	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Aprovação da Memória relativa à 9ª reunião do GT-HCFCs.</li><li>2. Apresentação dos resultados e conclusões da pesquisa realizada pela UNIDO sobre o consumo e uso de HCFC-22 no setor de manufatura de refrigeração industrial e ar-condicionado – RAC;</li><li>3. Requisitos para o phase-out do HCFC-22 conforme o Protocolo de Montreal;</li><li>4. Apresentação da proposta de estratégia para a eliminação do HCFC-22 para o setor de manufatura de refrigeração industrial e ar-condicionado – RAC no Brasil;</li><li>5. Informe:<ul style="list-style-type: none"><li>- Andamento da Proposta do Projeto de Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos de SDO;</li></ul></li><li>6. Encaminhamentos e encerramento da 10ª Reunião do GT-HCFCs</li></ol>

A aprovação da memória da 9ª reunião do GT-HCFCs foi o primeiro ponto da pauta, e, como não foi apresentada objeção pelos membros do GT foi aprovada sem modificações. Em seguida, sugeriu alteração de ordem da pauta para adiantar os informes de modo a deixar o restante do tempo de reunião apenas para apresentação e discussão da proposta de estratégia do setor de manufatura de equipamentos para refrigeração e ar-condicionado – RAC. Com o consentimento dos representantes, a **Sra. Magna Luduvica (MMA)** informou que o Projeto de Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos de SDO foi aprovado pelo Comitê Executivo do Fundo Multilateral para Implementação do Protocolo de Montreal – FML, na 72ª Reunião. Atualmente, o projeto está sendo analisado pelo Comitê de Avaliação de Projetos (CAP) do PNUD no Panamá para ser aprovado como projeto de execução direta pelo PNUD, modalidade DEX. A partir desse estágio, será iniciada a sua implementação. A **Sra. Marina Ribeiro (PNUD)** confirmou a informação.

Após os informes, a **Sra. Magna Luduvica (MMA)** explicou o objetivo principal da reunião: atualização do setor de manufatura de equipamentos RAC quanto ao trabalho de coleta de dados sobre consumo de HCFC-22 e sua utilização. A palavra foi passada para o **Sr. Paulo Neulaender (ABRAVA)**, que atuou como consultor contratado pela UNIDO para a coleta de dados e informações sobre o setor. Por meio do levantamento e identificação das empresas que compõem o setor, foram realizadas visitas às empresas previamente listadas em que se coletou informações como: aplicações de HCFC-22 no setor, consumo dessa

substância por subsetores, utilização de alternativas tecnológicas ao HCFC-22, elegibilidade das empresas para recebimento de recursos do FML. Ao todo foram identificadas 160 empresas e 41 delas foram visitadas pelo **Sr. Paulo Neulaender** e equipe, sendo a maioria pertencente ao subsetor de refrigeração comercial e localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. O trabalho de pesquisa foi árduo e levou 70 dias. Foi elaborado texto básico de apresentação, pois muitas empresas não acreditavam no projeto. A pesquisa identificou que cerca de 80% do consumo de HCFC-22 se dá por poucas e grandes empresas nacionais e estrangeiras, principalmente no setor de ar-condicionado, e cerca de 20% se deve principalmente às pequenas e médias empresas na fabricação de equipamentos de refrigeração comercial. A **Sra. Ana Paula Leal (PNUD)** perguntou quais foram os critérios utilizados para classificação das empresas em grande, média e pequena. O **Sr. Paulo Neulaender** explicou que utilizou o número de funcionários da empresa e o número de produtos fabricados anualmente para classificação das empresas.

O **Sr. Paulo Neulaender** continuou a apresentação e explicou que, apesar do consumo de HCFC-22 estar mais concentrado no setor de fabricação ar-condicionado, houve menor número de visitas a empresas desse subsetor devido à maioria das empresas que produzem equipamentos de ar-condicionado serem multinacionais de países desenvolvidos (Países do Artigo 2 do Protocolo de Montreal), não elegíveis para recebimento de recursos doados pelo Fundo Multilateral. Informou que há um maior número de empresas elegíveis a participarem do PBH no subsetor de refrigeração. O **Sr. Paulo Neulaender** acrescentou que, no decorrer da pesquisa, identificou que a maior parte do setor (cerca de 90%) utiliza HCFC-22 como substância frigorífica, mas que algumas empresas iniciaram a conversão para substâncias alternativas, em sua maioria, HFCs. Destacou que a maioria dos fabricantes encontram-se nas regiões Sul e Sudeste e que o mercado de HCFC-22, que está presente em diversos tipos de estabelecimento, terá apenas quatro anos para buscar novos substitutos ao HCFC-22, pois a tendência é de que esta substância fique mais cara. Informou que a estimativa atual indica que o setor de serviços de refrigeração representa 77% do consumo de HCFC-22, com maior aumento da participação do setor de ar condicionado, ante aos 85% consumo levantados na Etapa 1 do PBH.

Foi questionado, pelo setor privado, como os clientes de fabricantes de equipamentos para refrigeração comercial estão recebendo as novas tecnologias alternativas ao HCFC-22. O **Sr. Paulo Neulaender** disse que os grandes supermercados estão preparados para migração. No entanto, os pequenos mercados e outros estabelecimentos comerciais terão dificuldade para migrar para as novas tecnologias caso esperem para iniciar sua conversão apenas quando da proibição total de importação do HCFC-22. Completou dizendo que há grandes supermercados ainda despreparados para a conversão do setor e que um dos mais importantes focos da Etapa 2 deve ser o treinamento dos técnicos refrigeristas para manutenção dos equipamentos fabricados com as tecnologias alternativas, com destaque para aumento do RRR (Recolhimento, Reciclagem e Regeneração) dos fluidos frigoríficos.

Em seguida, houve questionamento por parte de representantes do setor privado sobre para quais alternativas o setor deve migrar, já que rumores de um possível *phase-down* dos HFCs leva a dificuldades de definição da substância para a qual converter. Em relação a isso, o **Sr. Paulo Neulaender** disse que alguns clientes de fornecedores de equipamentos de RAC já demandam produtos HCFC-22 *free* e perguntou ao **Sr. Augusto Boccia (São Rafael)** se seus clientes, como McDonalds, exigem equipamentos com tecnologias alternativas ao HCFC-22. Foi respondido que os clientes da empresa São Rafael não exigem muito sobre substância refrigerante nos equipamentos comprados, e completou dizendo que o que se questiona no setor é sobre o motivo pelo qual o MMA não publica uma legislação que impeça a comercialização do HCFC-22 e dos HFCs, já que a campanha para conversão do setor incentiva a adoção de alternativas de baixo GWP.

Houve questionamento por parte do setor de que temos que tomar cuidado para não enfraquecer a indústria nacional e que o mercado está perdido, pois as soluções existentes para os médios e grandes usuários é complexa. A **Sra. Magna Luduvise (MMA)** explicou que o foco, nesse momento, é a eliminação dos HCFCs, que corresponde ao compromisso do Brasil com o Protocolo de Montreal. Esclareceu que os HFCs fazem parte da cesta de gases controlados pelo Protocolo de Quioto cuja sistemática difere da do Protocolo de Montreal. Está em discussão uma proposta de emenda ao Protocolo de Montreal para inclusão dos HFCs como substâncias controladas por esse protocolo, não havendo consenso ou acordo. A **Sra. Magna Luduvise** acrescentou que, a partir da aprovação de uma emenda que obrigue o controle dos HFCs pelas Partes do Protocolo de Montreal, o Brasil adotará as medidas necessárias ao cumprimento das decisões aprovadas pelas Partes. Explicou que, para recebimento dos recursos do Fundo Multilateral é necessário que a substância

alternativa aos HCFCs possua zero PDO e baixo GWP, caso contrário a empresa terá que fazer a conversão por meio de recursos próprios.

Representantes do setor privado perguntaram se as ações que o Brasil tem adotado para controle dos HCFCs terão repercussão no Mercosul. A **Sra. Magna Luduvic (MMA)** explicou que todos os países Partes do Protocolo de Montreal tem metas a cumprir, inclusive Argentina, citada pela plateia como um mercado avesso a mudanças no setor de RAC. Cada país tem a liberdade de definir sua própria estratégia, desde que que cumpra o cronograma de eliminação dos HCFCs definido pelo Protocolo de Montreal. Todos os países em desenvolvimento devem seguir o mesmo cronograma e cumprir as metas estabelecidas. A **Sra. Magna Luduvic (MMA)** acrescentou que, no caso do Brasil, a estratégia da Etapa 1 do PBH teve como foco o setor de espumas, por ser um setor com alternativas tecnicamente e ambientalmente aprovadas e disponíveis no mercado, além do HCFC-141b apresentar PDO mais alto em comparação ao HCFC-22. Para a Etapa 2, foi inserido o setor de manufatura de equipamentos de RAC e manteve-se as atividades do setor de serviços em RAC para a eliminação gradual do HCFC-22.

O **Sr. Cândido Souza (Abripor)** perguntou se o FML financia projetos de conversão para HFCs. A **Sra. Magna Luduvic (MMA)** disse que não é provável, pois o Protocolo de Montreal não tem a intenção de financiar conversões para HFCs que são substâncias que fazem parte da cesta de produtos do Protocolo de Quioto por terem alto potencial de aquecimento global e ainda a possibilidade de ser inserido como substâncias a serem controladas também pelo Protocolo de Montreal e, por consequência, ter que pagar mais uma conversão às mesmas empresas. O **Sr. Cândido Souza (Abripor)** comentou que, devido a esse fato, acredita que serão poucos os projetos de investimento no setor de manufatura de equipamentos para RAC, já que as alternativas mais bem aceitas pelo setor são HFCs. A **Sra. Magna Luduvic (MMA)** esclareceu que as empresas não são obrigadas a migrarem sob o amparo e auxílio do FML, mas que a oportunidade está sendo dada para aquelas que optarem pelas substâncias elegíveis, ou seja, de baixo GWP.

A **Sra. Patrícia Domingues (Arkema)** comentou sobre a influência negativa para o mercado brasileiro da importação de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado contendo HCFC-22 e a falta de legislação que impeça a entrada desses produtos no País, sendo isso, em sua opinião, um contra senso diante da política de eliminação dos HCFCs no Brasil. A **Sra. Magna Luduvic (MMA)**, com apoio de alguns representantes da iniciativa privada, lembrou ao grupo sobre um dos encaminhamentos da 9ª Reunião do GT-HCFCs, em que ficou esclarecido que o MDIC precisa receber uma demanda oficial do setor privado para dar encaminhamento a qualquer ação sobre o tema. Na mesma reunião, ficou decidido que o MMA aguardaria solicitação da ABRVA para marcar nova reunião ordinária do GT-HCFCs, específica para tratar da questão da proibição dos equipamentos contendo HCFC. Mais uma vez, o setor privado interessado se comprometeu em se organizar e providenciar a demanda oficial requerida pelo MDIC e, com isso, dar prosseguimento aos mecanismos legais que proíbam a importação de equipamentos contendo HCFCs.

A palavra foi passada para o **Sr. Clóvis Zapata (UNIDO)**, que fez uma apresentação sobre o sistema de financiamento do FML e as metas brasileiras de redução dos HCFCs. O **Sr. Clóvis** mostrou o consumo de HCFCs no Brasil para o ano de 2013, que aponta que o consumo de HCFC-22 no país encontra-se concentrado no setor de serviços em RAC (55% para serviços e 11% para manufatura). Pelos dados apresentados, houve aumento do consumo de HCFC-22 no setor de manufatura que, segundo Sr. Clóvis, pode refletir aumento na capacidade instalada de equipamentos de RAC. O **Sr. Paulo Neulaender** citou que esse panorama indica um aumento de máquinas compradas com carga de HCFC-22 o que, segundo o **Sr. Clóvis**, pode gerar um passivo de equipamentos a serem trocados antes mesmo do fim de sua vida útil, considerando-se que haverá uma conversão do setor em breve, respaldado por legislação que controlará a importação do HCFC-22.

A **Sra. Magna Luduvic (MMA)** esclareceu que o sistema de controle dos HCFCs é realizado de forma diferenciada entre HCFC-141b e HCFC-22 pela Instrução Normativa IBAMA nº 14, que será atualizada para atender à nova estratégia de redução do consumo aprovada. Na Etapa 1, por ter sido priorizada a conversão do setor de espumas, a IN-14 definiu, para 2015, uma redução mais acentuada do HCFC-141b (32,37%), em comparação com a redução das importações do HCFC-22 (6,51%). O **Sr. Norberto Santos (Bandeirantes Refrigeração)** completou dizendo que a estratégia do Governo em iniciar a redução do consumo dos HCFCs pelo R-141b teve como objetivo causar um menor impacto no mercado do setor de

manufatura em RAC, na época ainda muito dependente do HCFC-22, além dos demais motivos explanados pela **Sra. Magna Luduvic** anteriormente. O **Sr. Paulo Neulaender** destacou que a IN IBAMA nº 14 não permite a transferência de cotas do HCFC-141b para HCFC-22. O **Sr. Norberto** completou que o mercado precisa buscar soluções para que não haja falta do HCFC-22 no futuro.

Em seguida, a palavra foi passada para a **Sra. Raquel Aledo (UNIDO)** para apresentar a estratégia proposta pela equipe da UNIDO para o setor de manufatura de equipamentos de RAC na Etapa 2 do PBH. A **Sra. Raquel Aledo** explicou que a proposta de estratégia para o setor visa a eliminação de 80 t PDO de HCFC-22 (1455 toneladas métricas) por meio de projetos de conversão tecnológica de três empresas fabricantes de equipamentos de ar-condicionado e de sete empresas fabricantes de equipamentos para refrigeração comercial, e por meio de projetos de assistência técnica a pequenas e médias empresas (25 – 30) para o manuseio de novas tecnologias alternativas ao HCFC-22 de baixo GWP.

Foi perguntado se o governo ou a agência não pode indicar a melhor alternativa para cada aplicação. A **Sra. Magna Luduvic (MMA)** informou que é competências do governo e das agências disponibilizar informações sobre todas as alternativas disponíveis, mas que a decisão de para qual alternativa migrar será de responsabilidade individual de cada empresa. O Governo nem a agência multilateral definirão a tecnologia que o mercado deve adotar. Cada empresa do setor tem necessidades e demandas muito particulares que requerem alternativas tecnológicas diversas, não sendo da competência do Governo nem da UNIDO determinar aquela que seria melhor alternativa para cada situação.

Foi questionada a medida do Governo que determinou a redução da taxa de importação de chillers com HCFC-123 ao mesmo tempo em que se está implementando o PBH. A **Sra. Magna Luduvic (MMA)** esclareceu que o HCFC-123 não faz parte da estratégia do PBH no momento. O foco do PBH na Etapa 1 e na futura Etapa 2 será, inicialmente, a redução e eliminação do consumo do HCFC- 141b e do HCFC-22, por serem ambas substâncias mais danosas à camada de ozônio que o HCFC-123 e por representarem um consumo muito superior no Brasil do que o do R-123. Portanto, não há necessidade de eliminar o HCFC-123 no momento; tem-se um cronograma de eliminação a ser cumprido, não há porque acelerar com a redução do consumo de substâncias que não são prioridade.

Foi citada, por parte do setor privado, a necessidade de capacitação dos técnicos refrigeristas para lidar com o passivo de equipamentos à base de HCFC-22 e com as novas tecnologias para as quais o mercado irá migrar, em especial as inflamáveis. A **Sra. Stefanie Von Heinemann (GIZ)** esclareceu que há projetos em implementação para treinamento e capacitação de técnicos refrigeristas tanto do setor supermercadista como do setor de ar-condicionado (total de 4.900) e que a meta para a Etapa 2 é aumentar o número de técnicos refrigeristas capacitados para 10.000. Acrescentou que no âmbito da estratégia do PBH há projetos para capacitação de técnicos refrigeristas em novas tecnologias de baixo GWP e inflamáveis. O **Sr. Norberto Santos (Bandeirantes Refrigeração)** complementou dizendo que há um desinteresse por parte dos supermercadistas e donos das empresas de equipamentos de RAC em liberar seus funcionários para serem treinados no manuseio de uma tecnologia ainda não empregada por eles. A **Sra. Stefanie Von Heinemann (GIZ)** completou dizendo que há ainda a questão da falta de interesse dos donos das empresas em liberarem seus funcionários para serem treinados na carga horária sugerida primeiramente pelo projeto, o que levou a equipe responsável por sua implementação a optar por reduzir a carga horária e realizar os treinamentos no período noturno para garantir alguma participação. Isso mostra que a dificuldade de capacitar os trabalhadores do setor de RAC vem, em primeiro lugar, do próprio setor interessado.

O **Sr. Augusto Boccia (São Rafael)** disse que falta conscientização do setor para valorizar essas práticas de capacitação e de utilização de equipamentos e substâncias ambientalmente corretas, o que foi confirmado por outros participantes. Complementou dizendo que o setor de fornecedores de equipamentos de refrigeração comercial poderia se comprometer a se reunir com o setor de panificação, por exemplo, para conscientizá-lo sobre boas práticas em refrigeração, sendo um início para uma melhor abertura dos usuários finais às capacitações e treinamentos promovidos pelo governo.

O **Sr. Norberto Santos (Bandeirantes Refrigeração)** disse que o Brasil está apenas no começo de uma conscientização adequada do setor sobre boas práticas em RAC. O processo de destinação final correta dos fluidos refrigerantes é um dos exemplos que poderiam ser citados. Ainda há muito a ser feito, já que as

empresas que agem corretamente são aquelas que sofreram alguma fiscalização. O **Sr. Augusto Boccia (São Rafael)** disse que o problema é o custo envolvido na destinação correta dos fluidos frigoríficos, com os quais poucas empresas se dispõem a arcar, além do fato de que a maioria não sabe o que fazer com o gás coletado.

O **Sr. Paulo Neulaender (Abrava)** sugeriu uma reunião oficial do GT-HCFCs entre ABRAVA e IBAMA sobre o Cadastro Técnico Federal, pois o setor necessita informar as novas demandas para que o CTF se torne ainda mais eficiente. A ABRAVA tem identificado que muitas empresas compram HCFCs sem se cadastrar no CTF. Com a restrição da importação do HCFC-22, temem que essa prática se torne ainda mais frequente. Sugeriram que a reunião seja feita em Brasília.

Foi perguntado pelo setor privado se o Brasil está conseguindo cumprir as metas acordadas com o Protocolo de Montreal. A **Sra. Magna Luduvise (MMA)** disse que, nesse momento, pelos dados de 2013, estamos em total comprimento com as metas definidas pelo Brasil com o Protocolo de Montreal. Em 1º de janeiro de 2020, a meta estabelecida é reduzir em 35% o consumo de HCFCs e, para garantir o cumprimento, a IN Ibama nº 14 será atualizada.

Foi questionado se existirá outra oportunidade de submetermos a estratégia da Etapa 2 ao FML, caso percamos o prazo desse ano. A **Sra. Magna Luduvise (MMA)** informou que podemos submeter no ano que vem, pois há duas reuniões anuais do Comitê Executivo do Fundo Multilateral - ExCom. Para submissão ao FML, tem-se que enviar a estratégia à secretaria do FML três meses antes da reunião do ExCom. No entanto, antes da sua submissão, tem-se que aprová-la pelo GT-HCFCs, pelo Prozon e submeter à consulta pública para garantir total transparência desse processo. Em seguida, a estratégia retorna para análise pelo Prozon para definir o que será aceito da consulta pública para, somente depois, enviar à secretaria do FML. A **Sra. Magna Luduvise** ainda explicou que não temos intenção de adiar a apresentação da estratégia pra o ano seguinte, pois os projetos do setor de espumas já estão definidos e acordados com as empresas. A submissão da Etapa 2 do PBH apenas no ano que vem acarretaria a necessidade de uma nova pesquisa de mercado, coleta de dados o reinício dos diálogos com o setor. Portanto, nos esforçaremos para que a estratégia seja finalizada e aprovada por todas as instâncias citadas de modo a ser submetida à análise pelo FML na segunda reunião do ExCom que será realizada em novembro.

A **Sra. Magna Luduvise (MMA)** perguntou se alguém teria algo contra a proposta para a Etapa 2 apresentada pela UNIDO. Foi dito, por representante do setor privado, que existem empresas potenciais a participarem da Etapa 2 e que não constam na lista de projetos apresentada pela agência. A **Sra. Magna Luduvise (MMA)** explicou que o Brasil ainda não irá eliminar todo HCFC-22 em 2020, por isso futuramente pode haver novos projetos para contemplar outras aplicações no setor de manufatura em RAC. Muitas das aplicações identificadas ainda não apresentam alternativas tecnológicas ao HCFC-22 e aos HFCs, como chopeiras e tanques de leite.

O setor privado também levantou a questão de como é alinhado o prazo do PBH e a capacidade de implementação do projeto pela empresa e se há um alinhamento entre a conversão da empresa e o mercado consumidor de seus produtos, assim como, com os usuários finais que utilizarão as novas tecnologias. A **Sra. Magna Luduvise (MMA)** disse que todos esses aspectos estão sendo considerados na preparação da Etapa 2 do PBH. Passou então a palavra para a **Sra. Ana Paula Leal (PNUD)** para que explicasse sobre o sistema de coleta de informações e montagem dos projetos para a Etapa 2 do PBH. A **Sra. Ana Paula Leal** explicou que, no setor de espumas, há projetos individuais (empresas com alto consumo de HCFC-141b) e projetos em grupo, em que o fornecedor e gerente do projeto é a casa de sistema. A conversão da casa de sistema, portanto, é essencial para atingir o setor como um todo, pois há empresas de pequeno e médio porte, mas há também usuários muito pequenos. Os projetos em grupo têm potencial de atingir todas essas empresas. Na montagem dos projetos, cada uma das empresas foi visitada e consultada quanto ao interesse em participar da Etapa 2 do PBH e quanto à tecnologia alternativa para a qual deseja migrar. Em seguida, foi elaborado projeto de investimento com memória de cálculo de recursos necessários para sua implementação e, depois, discutidos os pormenores e dúvidas sobre o projeto, até sua total aprovação pela empresa.

A questão seguinte levantada pelos presentes foi sobre como isso será realizado no setor de RAC. O **Sr. Augusto Boccia (São Rafael)** disse que os recursos são poucos e que haveria a necessidade de ocorrer uma união de outros setores do Governo para oferecer um pacote de facilidades para implementação dos

projetos, como isenção de taxas, incentivos para adoção de tecnologias ambientalmente corretas, etc. O **Sr. Cândido Souza (Abripur)** disse que na fase de eliminação dos CFCs a compra e importação dos equipamentos nos projetos financiados pelo FML eram feitas pelo PNUD. A **Sra. Ana Paula Leal (PNUD)** explicou que, na época, era realizada uma licitação internacional e internalização dos equipamentos no País sem pagamento de impostos, já que todos os equipamentos comprados eram iguais. No entanto, a realidade atual é outra já que a diversidade de tecnologias alternativas é grande e cada empresa tem suas particularidades e a substância alternativa de interesse. O processo licitatório, nesse caso, se complica pela quantidade de equipamentos diferentes a serem licitados, comprados e importados o que impossibilitaria à empresa poder escolher especificamente o equipamento que deseja comprar, o que, em sua opinião, é uma vantagem no processo realizado atualmente. O **Sr. Miguel Quintero (PNUD)** complementou dizendo que, antes, a conversão foi basicamente de CFC para HCFC. Na etapa atual em que os países em desenvolvimento se encontram há muitas opções e cada empresa tem que conhecer as opções tecnológicas para definir para qual deseja migrar; e, para escrever os projetos da Etapa 2 do PBH, as empresas devem antes escolher a tecnologia para a qual deseja ser convertida.

Foi sugerida pelo setor privado a inserção do componente “eficiência energética” como um parâmetro para escolha da tecnologia nos projetos de investimento da Etapa 2 do PBH.

Foi questionado sobre quais seriam os próximos passos adotados pela equipe do MMA e agências para a preparação da Etapa 2 do PBH. A **Sra. Magna Luduvicé (MMA)** disse que a 10ª reunião GT-HCFCs foi solicitada pela UNIDO para apresentação da proposta de estratégia para o setor de manufatura de RAC. Os dois dias seguintes serão de reunião com as agências responsáveis pelos setores na Etapa 2 do PBH. A expectativa é que em 19 de março do presente ano haja nova reunião do GT-HCFCs para apresentar a estratégia total dos três setores para aprovação pelo GT e, assim, estar apta a ser apresentada ao Prozon. A fase atual é de consolidação das estratégias setoriais, que está sendo realizada por equipe formada por PNUD e MMA. Para a 11ª reunião do GT-HCFCs, espera-se a presença dos membros oficiais e daqueles interessados em participar (reunião aberta). A **Sra. Magna Luduvicé (MMA)** deu por encerrada a 10ª Reunião do GT-HCFCs.